



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O valor das receitas brutas do jogo acumuladas nos primeiros 8 meses do corrente ano atingiu 158,88 mil milhões de patacas, montante inferior ao estimado pelo Governo da RAEM na proposta de lei da Revisão do Orçamento de 2015, que foi submetido à Assembleia Legislativa em Março. O Governo veio então anunciar, em Setembro, a implementação imediata de medidas de austeridade nos serviços públicos, de acordo com o plano anteriormente definido, medidas essas que implicavam uma poupança de aproximadamente 1,4 mil milhões de patacas.

Face à queda contínua das receitas do jogo, o Governo tomou medidas de austeridade, mas os referidos 1,4 mil milhões de patacas representam uma parte insignificante das elevadas despesas públicas anuais, as quais têm aumentado em flecha nos últimos anos. Segundo o Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2014, registou-se, ao longo do ano passado, uma contracção económica de 0,4%, enquanto a despesa ordinária integrada do Governo registou um aumento acentuado de 30%, atingindo 67,1 mil milhões de patacas, e o saldo anual diminuiu 24%.

Perante os impactos decorrentes de diversos factores, tais como o ambiente económico mundial complexo e instável e o abrandamento da economia chinesa, prevê-se que a economia local continue em ajustamento e que as receitas financeiras não sejam nada optimistas. Atendendo a que as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

receitas estão a diminuir enquanto as despesas públicas aumentam acentuadamente, o Governo deve, portanto, rever integralmente a situação, no sentido de aumentar, ao máximo, a eficiência da utilização dos recursos financeiros e de reduzir as despesas públicas, mudando os seus hábitos de despesismo, procedendo a cálculos meticulosos das suas despesas, trabalhando, em permanência, para as reduzir.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A primeira ronda de medidas de austeridade adoptadas pelo Governo incide apenas sobre 3 tipos de despesas, nomeadamente, as relativas à rubrica de “bens e serviços” dos serviços públicos e as relativas à aquisição de material e serviços dos organismos especiais. É então necessário que o Governo reveja todas as despesas, reduzindo as internas e desnecessárias ou até mesmo irrazoáveis, designadamente, as despesas de representação, as despesas com as missões oficiais de serviço, e as despesas com a aquisição de veículos oficiais e respectivos custos operacionais, despesas estas a que os governos de diferentes regiões têm atribuído mais importância nos últimos anos, e que têm sido alvo de críticas da sociedade por redundarem em desperdício. O que é que se passou em relação a estas despesas nestes últimos 3 anos? Como é que o Governo vai fiscalizar essas despesas, no sentido de assegurar a sua redução razoável? Há margem para reforçar a austeridade?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Segundo o Governo, a implementação das medidas de austeridade fica a dever-se ao ajustamento económico e à queda contínua das receitas do jogo, as quais reduziram para um valor inferior ao valor médio de 20 mil milhões de patacas, segundo as suas previsões, essa queda vai ser atenuada em Outubro e, como actualmente todos os serviços públicos seguem as instruções de contenção de despesas, não se verifica ainda necessidade de implementar nova ronda de medidas de austeridade nos próximos 3 meses. De facto, a contenção de despesas não está necessariamente condicionada por padrões determinados, por isso, o Governo deve dispor de um regime permanente para o efeito, tendo em conta o princípio de “gerir prudentemente os fundos e economizar nos gastos”. Assim, deve criar um regime para reduzir as despesas, definindo as respectivas orientações e metas a longo prazo e introduzindo um mecanismo rigoroso de avaliação de desempenho, por forma a assegurar que cada avo seja adequadamente aproveitado. Vai fazê-lo?

3. Face à queda contínua das receitas financeiras, o Governo deve mudar o mau hábito de gastar dinheiro à toa, por conseguinte, a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental é cada vez mais premente. Em Julho deste ano, o Governo realizou uma consulta pública sobre a proposta de lei do Enquadramento Orçamental, e os dirigentes dos Serviços de Finanças referiram que iam aperfeiçoar o respectivo texto após a conclusão da consulta e que, ainda este ano, a proposta seria submetida à apreciação



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

da Assembleia Legislativa. Qual é o ponto de situação dos respectivos trabalhos? O Governo vai mesmo submeter a proposta de lei no prazo previsto?

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam

3 de Novembro de 2015